



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE
Diretoria Executiva
Procuradoria Jurídica

Parecer SEI-GDF n.º 26/2018 - FEPECS/DE/PROJUR

Parecer SEI/GDF – GECON/PROJUR/FEPECS.

Processo SEI-GDF nº 00064-00001374/2018-53 – Fepecs

Ementa: Edital de Credenciamento nº 01/2017/CPEX/ESCS/FEPECS – Contratação de Instrutores. Minicurso de extensão em bioética e ética profissional. Lei 8.666/93. Decreto n. 36.520/2015. Parecer nº 286/2007-PROCAD/PGDF. Parecer n. 499/2017 - PRCON/PGDF. Valor da contratação de R\$ 17.032,32 (dezesete mil e trinta e dois reais e trinta e dois centavos). Viabilidade de promover a contratação, desde que observadas as recomendações.

I – Relatório

1. Tratam os autos da contratação, por meio do Sistema de Credenciamento Prévio, de pessoa física (instrutores) para a prestação de serviço técnico especializado voltado ao desenvolvimento do minicurso de extensão em bioética e ética profissional para residentes da SES/DF, conforme Edital de Credenciamento nº 001/2017 – CPEX/ESCS/FEPECS.
2. O Edital de Credenciamento acima referenciado teve por escopo o cadastramento de profissionais para atuarem nos serviços de Instrutoria, Coordenação Técnica, Coordenação Pedagógico, Assessoria Técnico, Orientação de Monografia, Conferencista/Palestrante e Execução de Serviços de Apoio, em todos os casos para o desenvolvimento de atividades de cursos de Extensão e Pós-Graduação *Lato Sensu* da ESCS.
3. O sorteio realizado em 29 de maio de 2018 conforme ata, visto no documento (877443), selecionou os 5 profissionais que realizarão atividades constantes do Projeto pedagógico, e que atuarão como instrutores do minicurso de extensão.
4. A carga horária de curso a ser realizada por cada um dos instrutores é de 24 horas, sendo 20 horas como acompanhamento na plataforma e 4 horas para realização do relatório final).
5. Constam dos autos:
 - a) - Projeto Básico com as justificativas da contratação, definição do objeto, metodologia das atividades, e demais especificações – 8899254;
 - b) - Verificação de Disponibilidade Orçamentária – 7913141;
 - c) - Parecer Técnico acerca do Projeto Pedagógico – 7934513;
 - d) - Aprovação para execução do curso ad referendum do CEPE – 7966159;
 - e) - Cópia do Edital de Credenciamento 001/2017 – CPEX/ESCS – 871389;
 - f) - Cópia da Resolução nº 09/2005 - 875000

- g) - Ata de Sorteio – 8717443;
 - h) - Documentos de Habilitação;
 - i) - Projeto Básico com os participantes sorteados – 8899254;
 - j) - Aprovação do Projeto Básico pelo Ordenador de Despesas - 9045877;
6. No momento, vêm os autos a esta PROJUR para análise jurídica da contratação dos cinco instrutores, nos termos do último projeto básico.

II – Fundamentação

7. Preliminarmente, cumpre destacar que a presente análise será realizada sob o prisma estritamente jurídico acerca da contratação pretendida, não adentrando, portanto, na análise da conveniência e oportunidade dos atos praticados pela administração, nem em aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa. Além disso, a presente análise se limita à contratação posteriormente ao credenciamento, não servindo de auditoria ou convalidação de quaisquer atos já formalizados no processo origem de cadastramento.
8. Impende consignar que se trata de imposição constitucional, esculpida no art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, a realização de licitação previamente à celebração de contrato administrativo, a fim de atender ao princípio da isonomia e selecionar a proposta mais vantajosa, ressalvadas as hipóteses de contratação direta prescritas nos arts. 17, 24 e 25 da Lei 8.666/93.
9. O sistema de credenciamento é hipótese de inexigibilidade de licitação (art. 25, caput, da Lei nº. 8.666/93), porquanto configura situação de impossibilidade de competição, na medida em que todo e qualquer interessado em executar serviço, desde que habilitado, estaria apto a prestá-lo independente de escolha realizada pela Administração.
10. Em 28 de maio de 2015, o **Distrito Federal editou o Decreto nº. 36.520, passando a dispor expressamente sobre o Sistema de Credenciamento**, em seu art. 28, vejamos:

O **credenciamento na inexigibilidade de licitação** é o procedimento administrativo por meio do qual a Administração Pública credencia, mediante chamamento público, **todos os prestadores aptos e interessados em proporcionar determinados serviços, quando, no contexto da inviabilidade de licitação, o interesse público for melhor atendido com a contratação do maior número possível de prestadores.**

11. Em sede doutrinária, vejamos os ensinamentos de Jorge Ulisses Jacoby (Coleção de Direito Público, 2008, pg. 538):

Se a Administração convoca todos os profissionais de determinado setor, dispondo-se a contratar os que tiverem interesse e que satisfaçam os requisitos estabelecidos, ela própria fixando o valor que se dispõe a pagar, os possíveis licitantes não competirão, no estrito sentido da palavra, inviabilizando a competição, uma vez que a todos foi assegurada a contratação.

12. Ressalta-se que a hipótese típica de credenciamento pressupõe a participação e contratação de todos aqueles que venham a figurar como cadastrados, sem o estabelecimento de restrições no número de credenciados. Ainda, o credenciamento deverá sempre estar aberto a novos interessados que preencham os requisitos estipulados no edital, sendo vedado deixar de credenciar aqueles que satisfaçam os requisitos da Administração.
13. A Procuradoria Geral do Distrito Federal, no Parecer n. 286/2007 - PROCAD/PGDF, de lavra do i. Procurador Leandro Zannoni Apolinário de Alencar, quando provocada a avaliar o credenciamento de instrutores e coordenadores da Fepecs, emitiu o posicionamento que recebeu a seguinte ementa:

Inexigibilidade de licitação. Credenciamento. Serviços de treinamento e aperfeiçoamento. Vedação a escolhas subjetivas. Princípio da impessoalidade, da isonomia e do julgamento objetivo. Requisitos para contratação direta.

A contratação direta é exceção no âmbito da Administração Pública e não pode violar os princípios constitucionais.

Em face dos princípios constitucionais da impessoalidade, da isonomia e do julgamento objetivo, é inadmissível a possibilidade de escolhas subjetivas quanto ao credenciamento e ao descredenciamento.

A contratação direta exige respeito ao procedimento legal específico.

O credenciamento poderá ser efetivado, desde que sejam cumpridas as recomendações apontadas e comprovados os requisitos legais necessários.

14. O teor do opinativo ressalta em diversas passagens a necessidade de afastar os critérios subjetivos e escolhas do administrador, instruindo que os rigores da seleção devem ser previamente estipulados.
15. Ademais, caberá sempre o contraditório e a ampla defesa nas situações de inabilitação ou mesmo no descredenciamento.
16. Já no mais recente opinativo, o Parecer nº 499/2017 – PRCON/PGDF, se faz a ponderação de que em vista dos serviços pretendidos, nos casos de instrutoria e coordenação de curso, o credenciamento se mostra mais vantajoso que eventual contratação direta justificada na singularidade ou impossibilidade de comparação objetiva das propostas, fundada no Art. 25 da Lei 8.666/93.
17. Cumpre transcrever o seguinte trecho:

“Em resumo, pois: a sistemática do credenciamento tem amparo normativo, conta precedente favorável desta Procuradoria em caso bastante similar e, ao menos no plano teórico, mostra-se adequado em face dos serviços pretendidos, promovendo com maior amplitude diversos princípios constitucionais (Publicidade, impessoalidade, eficiência).”

18. A respeito do credenciamento, o Tribunal de Contas consolida os seguintes requisitos para a contratação:

Requisitos para a aplicação do sistema de credenciamento na contratação de serviços:

A aplicação do sistema de credenciamento na contratação de serviços deve observar os seguintes requisitos, conforme as orientações expedidas pelo Acórdão 351/2010-Plenário:

- a) a contratação de todos os que tiverem interesse e que satisfaçam as condições fixadas pela Administração, não havendo relação de exclusão;
- b) a garantia da igualdade de condições entre todos os interessados hábeis a contratar com a Administração, pelo preço por ela definido;
- c) a demonstração inequívoca de que as necessidades da Administração somente poderão ser atendidas dessa forma, cabendo a devida observância das exigências do art. 26 da Lei 8.666/93, principalmente no que concerne à justificativa de preços.

[Acórdão 5178/2013-Primeira Câmara](#), TC 023.697/2011-3, relator Ministro - Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, 30.7.2013.

19. Com efeito, o credenciamento na Fepecs é destinado a todas as pessoas físicas interessadas que preencham os requisitos de qualificação acadêmica, e experiência profissional; o preço é pré-definido pela Portaria/SGA nº 74, de 22 de abril de 2003, publicada no DODF nº 79, de 25.04.2003 e suas atualizações; mostram-se evidenciadas no projeto as justificativas pela necessidade da

Fepecs em contratar os profissionais credenciados, pessoas físicas para o cumprimento de suas finalidades institucionais, haja vista ainda não ter quadro próprio de servidores.

20. O processo de Credenciamento tramitou nos autos do Processo 064.000385/2007, no qual a Procuradoria Jurídica à época, por meio do Parecer nº 53/2016 – GECON/PROJUR/FEPECS, referendou o procedimento.
21. Verifica-se que a ratificação da inexigibilidade de licitação foi publicada no Diário Oficial nº 242, de 26/12/2016, e a publicação do Edital se deu no Diário Oficial nº 8, de 11/01/2017.
22. Convém reforçar que a presente análise não adentra o mérito nem as questões ínsitas ao processo de credenciamento, que já foram anteriormente avaliadas.
23. No caso em análise, são apresentadas as justificativas de contratação de profissionais qualificados que ministrarão minicurso de extensão aos residentes SES.
24. Com relação ao processamento, verifica-se que ambos os projetos básicos do processo foram assinados pela autoridade competente para aprovação, qual seja, o Chefe da Unidade de Administração Geral (UAG), conforme delegação de competência estabelecida na Instrução nº 14, de 06 de setembro de 2013.
25. Quanto à habilitação, caberá a verificação de autenticidade e validade dos documentos necessários à contratação, estipulados no item 7.2. do Edital de Credenciamento, cabendo à Comissão Permanente de Credenciamento a avaliação, em consonância com o estabelecido no Art. 51 da Lei 8.666/93.
26. Registra-se que o Edital abre margem para que os instrumentos de contrato sejam substituídos pela Nota de Empenho, haja vista que o valor da contratação é inferior a R\$8.000,00 (oito mil reais). Todavia, por se tratar de serviços que se prolongam no tempo, incluímos em anexo a essa manifestação os contratos a serem assinados, em conformidade com a minuta do próprio Edital de Credenciamento nº 001/2017 – CPEX/ESCS/FEPECS.
27. Por fim, destaca-se que compete a esta PROJUR a análise meramente formal, sob o aspecto da juridicidade. Cumpre ao gestor público, dentre outros aspectos, observar as normas que regem a matéria e avaliar a conveniência, oportunidade, eficiência da boa aplicação dos recursos.

III – Conclusão

28. Ante o exposto, e com base na fundamentação acima, verifica-se a viabilidade jurídica de efetivar a contratação, fruto do Edital de Credenciamento nº 01/2017 – CPEX/ESCS/FEPECS, desde que verificada a autenticidade e a validade dos documentos de habilitação apresentados, a cargo da Comissão Permanente de Credenciamento.

Brasília – DF, 18 de junho de 2018.

Breno Lima Barão

Gerência de Contratos e Convênios/PROJUR

GECON/PROJUR/FEPECS

Aprovo Parecer pelos seus próprios fundamentos e determino o envio dos autos à ESCS/FEPECS para conhecimento da presente manifestação e a continuidade do processo.

Após verificação de autenticidade e validade dos documentos de habilitação, sugerimos o envio dos autos à UAG para emissão de empenho, e convocação dos interessados para assinar o instrumento de

contrato via SEI, com o cadastramento de acesso externo. Anota-se que as minutas de contrato ora anexadas dependem da complementação da cláusula quarta, com o preenchimento das informações orçamentárias.

Assinados os contratos, solicito o retorno do feito a esta PROJUR para elaboração da ordem de serviço e extrato de contrato a ser publicado em diário oficial.

Kelen Cristina de Oliveira
Procuradoria Jurídica/FEPECS
PROJUR/DE/FEPECS



Documento assinado eletronicamente por **KELEN CRISTINA DE OLIVEIRA - Matr.0272702-1, Chefe da Procuradoria Jurídica**, em 19/06/2018, às 10:28, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **BRENO LIMA BARÃO - Matr.0271738-7, Gerente de Contratos e Convênios**, em 19/06/2018, às 10:37, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **9298563** código CRC= **93B68066**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SMHN Quadra 03, Conj. "A", Bloco 01 Edifício Fepecs – Brasília-DF - Bairro Asa Norte - CEP 70.710-907 - DF

(61) 3325-4981